



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2015
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	O PROINFANCIA NO PACII: a efetividade da estratégia de indução federal sobre a adesão das Prefeituras ao Programa
<b>Autor</b>	RAFAEL STEFFENS MARTINS
<b>Orientador</b>	LETICIA MARIA SCHABBACH

Título do trabalho a ser apresentado: **O PROINFANCIA NO PACII: a efetividade da estratégia de indução federal sobre a adesão das Prefeituras ao Programa**

Autor: Rafael Steffens Martins

Orientadora: Letícia Maria Schabbach

Instituição: UFRGS

O trabalho analisa um ponto crucial da implementação de políticas federais, qual seja, a adoção pelos governos locais de programas e projetos formulados em níveis superiores de governo. Além das características da própria política e de seus objetivos programáticos, do contexto geral e das condições socioeconômicas, políticas e institucionais locais, contam para tal adesão os incentivos oferecidos aos executores e as estratégias de indução efetivadas pelos níveis superiores de governo, incluindo prescrições legais, vantagens financeiras e assistência técnica, dentre outros aspectos (ARRETCHE, 1996; SOUZA, 2004; BERMAN, 2007). No caso do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFANCIA), uma estratégia de indução promovida pela União foi a sua inclusão, em 2011, na segunda etapa do Plano de Aceleração do Crescimento (PACII), como uma tentativa de agilizar a execução das obras e a própria consolidação do Programa. A partir de então, a adesão da Prefeitura passou a ser formalizada através de termo de compromisso, sem a exigência de convênio (obrigatório até 2010), o que facilitou a liberação e a transferência dos recursos.

Buscou-se avaliar a efetividade dessa estratégia em termos da adesão dos municípios brasileiros. Para tanto, foram examinados, através de fontes como os *sites* do Portal da Transparência dos Recursos Públicos Federais e do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), mais de 7.050 convênios e contratos referentes ao PROINFANCIA firmados entre as Prefeituras municipais e o governo federal no período de 2007 (ano de criação do programa) até 2014. Os dados relativos aos 5.565 municípios brasileiros foram organizados em planilha excel, tabulados e analisados descritivamente.

Os resultados preliminares demonstram que, comparando o ano de criação do programa, em 2007, com de 2014, ou seja, quatro anos após a inserção no PACII (2011), houve um crescimento superior a 150% na quantidade de municípios que firmaram compromissos com o governo federal. Comparando-se o ano de 2011 com o anterior, verifica-se um salto de 848 municípios aderentes para 1.622. Analisando-se as regiões brasileiras, também é possível concluir que o crescimento do número de convênios e contratos depende de cada estado: por exemplo, no Sergipe, entre 2010 e 2011, a adesão dos municípios ascendeu cerca de 360%, enquanto no Piauí não houve significativo crescimento no período. A pesquisa também inclui outras variáveis que podem explicar a maior ou menor efetividade da inserção do PROINFANCIA no PACII sobre a adesão dos municípios, tais como: tamanho populacional, renda, demanda por creche e pré-escola, vulnerabilidade social e desigualdade, capacidade institucional da Prefeitura, oferta de educação básica, identidade do partido do prefeito com a coalizão do governo federal, dentre outras.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Políticas sociais no Brasil**: descentralização em um estado federativo. Trabalho apresentado no XXI Encontro da Latin American Studies Association, 1996.

BERMAN, Paul. El estudio de la macro y micro-implementación. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. **La implementación de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2007. p. 281-317.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.